



Dispensação farmacêutica: uma visão da prática dos profissionais de farmácia

Pharmaceutical dispensing: a view of the practice of pharmacy professionals

Ana Karla Martins Dantas¹, Stela de Sousa Araújo², Jordany Ramalho Silveira Farias³, Célio da Rocha Bonfim⁴, Helena Karolyne Arruda Guedes⁵, Wemerson Neves Matias⁶

¹ Farmacêutica, Especialista em Farmácia Clínica e Dispensação Farmacêutica – Faculdade Santa Maria- Cajazeiras-PB.E-mail: anakarlafsm@hotmail.com;

² Farmacêutica, Especialista em Farmácia Clínica e Dispensação Farmacêutica – Faculdade Santa Maria- Cajazeiras-PB /E-mail: stela.araujo31@hotmail.com;

³ Farmacêutica, Especialista em Gestão Pública Municipal – UFPB; Mestranda em Sistemas Agroindustriais – UFCG/E-mail: jordanyb7@hotmail.com;

⁴ Enfermeiro, Especialista em Enfermagem do Trabalho e Saúde Coletiva - FIP, Mestrando em Sistemas Agroindustriais – UFCG/PB. E-mail: celiorochape@hotmail.com;

⁵ Enfermeira, Especialista em Saúde da Família, Mestranda em Sistemas Agroindustriais/E-mail: karolynearruda@hotmail.com;

⁶ Farmacêutico, Doutor em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos – UFPB/E-mail: wemerson@fsm.edu.br.

RESUMO - O serviço de farmácia deve cumprir o papel complementar ao serviço médico na atenção à saúde. A Organização Mundial de Saúde reconhece que cabem às farmácias a dispensação do medicamento e, aos farmacêuticos, nestes estabelecimentos, aconselhar os pacientes sobre o uso de medicamentos prescritos, assessorá-los sobre o uso de medicamentos para automedicação e prover a outros profissionais de atenção à saúde informações farmacológicas. O objetivo do estudo é contribuir para a valorização do trabalho farmacêutico, com destaque para a dispensação, fundamentada na orientação e no cuidado em saúde como instrumento desse processo. Trata-se de um estudo teórico, embasado em levantamento bibliográfico a respeito do tema “Dispensação farmacêutica” realizado em artigos, anais, livros, e páginas eletrônicas disponíveis, presentes em documentos oficiais do país. Conforme literaturas consultadas sobre uma visão geral, a dispensação farmacêutica revelou que mais de 90% da literatura consultada, entende que o processo de dispensação é o ato farmacêutico de distribuir um ou mais medicamentos a um paciente em resposta a uma prescrição elaborada por um profissional autorizado. Conclui-se: que é uma prática muito discutida, mas pouco evoluída, mas, que há esperança por parte dos profissionais, de mudança na melhoria dessa prática para a sociedade; a sociedade tem que participar com o reconhecimento do profissional para possibilitar um trabalho de qualidade para ambos; que as leis existem, devido principalmente ser um assunto da área de saúde, e que devem ser seguidas para validar o resultado final.

Palavras-chave: Farmácia. Medicamentos. Intercambiabilidade.

ABSTRACT - The pharmacy service must meet the complementary role to the medical service in health care. The World Health Organization recognizes that fit pharmacies dispensing the medicine and pharmacists in these establishments, advise patients on the use of prescription drugs, advise them on the use of drugs for self-medication and provide other care professionals to health pharmacological information. The aim of this study is to contribute to the enhancement of pharmaceutical work, highlighting the dispensation based on the guidance and health care as a tool in this process. This is a theoretical study, based on literature on the subject "pharmaceutical Dispensation" held in articles, proceedings, books, and web sites available, present in official documents of the country. As literatures consulted on an overview of the pharmaceutical dispensing revealed that over 90% of the literature, understand that the process of dispensation is the pharmaceutical act of delivering one or more drugs to a patient in response to a prescription made out by an authorized professional. In conclusion: it is a much discussed practice, but little evolved, but there is hope by the change professionals to improve this practice to society; society must participate with the recognition of the professional to enable quality work for both; that the laws exist, due primarily to be a matter of health, and that must be followed to validate the outcome.

Keywords: Pharmacy. Medicines. Interchangeability.

Aceito para publicação em: 27/08/2019.

INTRODUÇÃO

O serviço de farmácia deve cumprir o papel complementar ao serviço médico na atenção à saúde. A racionalidade terapêutica da prescrição e o acesso ao medicamento não são suficientes para garantir o sucesso da terapia, sendo necessário avaliar outros fatores que poderão interferir no tratamento, tais como hábitos alimentares, tabagismo, alergias, uso de outros medicamentos, outras doenças e a falta de adesão (LUCCHETTA; MASTROIANNI, 2010).

A Organização Mundial de Saúde (1993) reconhece que cabe a estas farmácias a dispensação do medicamento e, aos farmacêuticos, nestes estabelecimentos, aconselhar os pacientes sobre o uso de medicamentos prescritos, assessorá-los no processo de automedicação e prover a outros profissionais de atenção à saúde informações farmacológicas.

A dispensação faz parte do processo de atenção à saúde e deve ser considerada como uma ação integrada do farmacêutico com os outros profissionais da saúde (GALATO et al., 2008). Conforme Sabino e Cardoso (2010) cabem ao farmacêutico a responsabilidade de treinar os demais funcionários das drogarias/farmácias para que o façam corretamente, ou seja, promover treinamento inicial e contínuo dos funcionários para a adequação da execução de suas atividades (BRASIL, 1999a).

A utilização de medicamentos é um processo complexo, com múltiplas determinantes, e envolve diferentes atores. As diretrizes farmacoterápicas adequadas para a condição clínica do indivíduo são elementos essenciais para a determinação do emprego dos medicamentos. Entretanto, é importante ressaltar que a prescrição e o uso de medicamentos são influenciados por fatores de natureza cultural, social, econômica e política (PERINI et al, 1999; FAUS, 2000).

Conforme Palhano et al. (2010), a atenção farmacêutica é a provisão responsável da farmacoterapia com o objetivo de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida dos pacientes. Sendo assim, é capaz de reduzir os problemas relacionados com o uso de medicamentos à medida que desenvolve um acompanhamento sistemático da terapia medicamentosa utilizada pelo indivíduo, buscando avaliar e garantir a necessidade, a segurança e a efetividade no processo de utilização de medicamentos.

A assistência Farmacêutica possui funções e responsabilidades nos diversos âmbitos da área de saúde. O Ciclo da Assistência Farmacêutica inclui as etapas de produção, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação dos medicamentos, de forma que sejam desenvolvidas com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais e garantir o seu uso racional, contribuindo, portanto, para a integralidade das ações de saúde (SILVA e NASCIMENTO, 2008; SILVA, 2007).

Contudo, apesar dos avanços políticos na área constatados por meio da Política Nacional de Medicamentos (Brasil, 1998) e da Lei dos Genéricos (Brasil, 1999a), por exemplo, ainda é preciso ampliar a percepção da Assistência Farmacêutica, extrapolando a

cadeia de gestão do medicamento como foco de conceituação e possibilitando que o usuário do medicamento seja o centro das ações em saúde (PERINI, 2003).

Embora todas essas ações sejam importantes por garantirem o abastecimento e o acesso dos medicamentos aos usuários, não podem ser desconsideradas as ações que promovam seu uso correto, uma vez que irão consolidar o conjunto de atividades que compõem a Assistência Farmacêutica. Nesse sentido, constata-se a relevância do processo de dispensação, uma vez que cria oportunidade de proporcionar aos usuários condições favoráveis para que sejam informados e orientados sobre os medicamentos (ALENCAR, et al., 2011).

Ao disponibilizar o medicamento ao usuário, o farmacêutico pode realizar várias atividades, tais como avaliação da prescrição, orientação correta sobre o uso do medicamento, comunicação com o prescritor a fim de identificar, prevenir e resolver problemas relacionados a medicamentos, educar o usuário para a adesão ao tratamento e orientá-lo para o autocuidado em saúde (SILVA, 2007).

Vieira (2007) cita que o farmacêutico pode desenvolver e incentivar a comunidade sobre condições que sejam determinantes para o seu estado de saúde. Essas ações são voltadas para discussões sobre hábitos saudáveis de vida, ressaltando como são importantes as medidas não farmacológicas na terapia, o desenvolvimento de palestras sobre doenças e medicamentos dirigidas a grupos específicos e o estímulo para a comunidade participar de campanhas de saúde. Essas medidas fazem com que o farmacêutico compartilhe com a comunidade a responsabilidade pelo cuidado em saúde.

Conforme Ely e Rigo (2016) a atenção Farmacêutica é uma prática desenvolvida pelo farmacêutico, que visa promover o uso racional de medicamentos, garantindo efetividade e segurança ao tratamento, assim como melhoria de qualidade de vida. Entre as ações realizadas, abrangidas pela Atenção Farmacêutica, destaca-se a revisão da farmacoterapia, a qual visa a identificar possíveis interações medicamentosas, reações adversas e outros possíveis empecilhos à adesão ao tratamento.

Para que o farmacêutico esteja preparado para suas funções, ele deve ser fonte de informações corretas e seguras sobre os medicamentos, seguindo uma filosofia da prática profissional e determinações sanitárias, devendo para tanto, estar e manter-se atualizado e qualificado para as suas competências e responsabilidades. Posto isso, o farmacêutico deve adotar uma postura de aprendizado permanente, através de cursos de extensão e/ou pós-graduação, pois, dessa forma, ele será capaz de adaptar suas práticas de atenção farmacêutica com a evolução científica e as regulamentações sanitárias e profissionais (OPAS, 1995 p.13).

A dispensação farmacêutica é uma prática especializada dirigida para o atendimento das pessoas que utilizam medicamentos, sob a responsabilidade do farmacêutico. Distingue-se da mera venda pela responsabilidade que envolve, pois visa precipuamente a evitar problemas que possam comprometer a terapêutica. Dispensar significa, dentre outros aspectos, estabelecer

relação direta com o cliente, ouvi-lo, orientá-lo quanto ao uso e guarda dos medicamentos, complementar informações e esclarecer dúvidas. Implica, também, a análise da prescrição, tendo em vista parâmetros farmacológicos e legais (VALLADÃO et al., 2004).

O foco principal das atividades do profissional farmacêutico foi, durante muito tempo, o medicamento e suas ações de planejamento, desenvolvimento, produção e gestão. No Brasil, a primeira proposta de consenso sobre Atenção Farmacêutica só ocorreu em 2002, definindo um modelo de prática profissional visando atender as necessidades farmacoterapêuticas dos pacientes e resolver problemas de sua medicação (OPAS, 2002). No entanto, ainda hoje se observa dificuldade na compreensão desta prática profissional voltada para o paciente, sendo confundido com ações de Assistência Farmacêutica, cujo insumo essencial é o medicamento e envolve atividades como o desenvolvimento, a produção e a gestão do medicamento (AMBIEL e MASTROIANNI, 2013).

Segundo Oliveira et al. (2005), estudos tem relatado que a atenção farmacêutica no Brasil ainda está distante do idealizado no Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica e nas reuniões dos grupos consultivos da OMS, e que este fenômeno pode ser explicado pela grade curricular predominantemente tecnicista dos cursos de farmácia, voltada para o desenvolvimento e obtenção de produtos (medicamentos, cosméticos ou alimentos) e para a atuação na área de análises clínicas.

Pesquisas que buscaram entender o processo e os obstáculos de implantação dos serviços de atenção farmacêutica e as habilidades e conhecimentos do farmacêutico para atender as novas necessidades sociais consideram que as principais dificuldades são a falta de conhecimento, de preparo e de prática em atenção farmacêutica. O farmacêutico sente-se desmotivado e demasiadamente ocupado com atividades gerenciais para se dedicar a este novo campo de trabalho (ARAÚJO et al., 2006; LUCCHETTA e MASTROIANNI, 2010; OLIVEIRA et al., 2005; YOKAICHIYA et al., 2007).

No Brasil, a farmacovigilância até pouco tempo não passava de um conceito de pouca ou nenhuma aplicação prática. Atualmente, para mudar esta situação estão sendo disponibilizados meios para a sistematização das notificações. Este esforço tem sido verificado, principalmente, nos Estados de Santa Catarina e São Paulo com a realização das oficinas de notificação, programa este conhecido como Farmácia Notificadora. Nestes treinamentos, os farmacêuticos são motivados a realizar as notificações de problemas relacionados à farmacoterapia, sejam eles referentes às reações adversas ou aos desvios de qualidade (ANVISA, 2006).

Devido à importância da atenção Farmacêutica para promover o uso racional de medicamentos, o objetivo deste estudo é contribuir para a valorização do trabalho farmacêutico, com destaque para a dispensação, fundamentada na orientação e no cuidado em saúde como instrumento desse processo, à luz da literatura científica.

MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo teórico, embasado em levantamento bibliográfico a respeito do tema

“Dispensação farmacêutica” baseado no modelo praticado quanto à visão geral, quanto à definição, quanto aos cuidados durante a prática e, da gestão aplicada a dispensação, segundo a literatura consultada.

A pesquisa foi realizada a partir de artigos da área, publicados em revistas na língua portuguesa e na língua inglesa, com pesquisas ainda em publicações organizacionais e páginas eletrônicas disponíveis presentes em documentos oficiais do país, em produções científicas publicadas sobre o tema abordado entre 2004 e 2016. Optando-se pela revisão narrativa da literatura, uma vez que esta envolve uma publicação ampla, sendo determinado assunto descrito sob o ponto de vista teórico ou contextual, além de sintetizar e resumir, em termos narrativos, um corpo da literatura de pesquisa científica.

Foram consultados os seguintes descritores: A dispensação de medicamentos: uma reflexão sobre o processo para prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados à farmacoterapia; Dispensação farmacêutica: uma análise dos conceitos legais em relação à prática profissional; Avaliação da atenção farmacêutica em farmácias e drogarias da cidade de Erechim/RS; Avaliação do conhecimento e atitudes dos profissionais farmacêuticos (RT) e balconistas de drogarias sobre a intercambialidade e dispensação de medicamentos; Avaliação do conhecimento e conduta dos farmacêuticos, responsáveis por farmácias comunitárias em Aracaju - SE; Anais da I amostra de trabalhos do curso de farmácia; Receitas médicas e dispensação farmacêutica: uma questão de saúde; Resultados da atenção farmacêutica no Brasil: uma revisão e, Tipos e causas de erros no processo de medicação na prática assistencial da equipe de enfermagem.

Utilizou-se ainda as bases de dados *on-line*: Scielo e Google acadêmico para as pesquisas eletrônicas, nos sites do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Após a análise destes materiais, buscou-se avaliar o cenário visto na literatura com a observação da realidade da prática farmacêutica quanto à dispensação, caracterizando como uma revisão descritiva (TORRELIO et al., 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas buscas dos estudos publicados entre os doze anos conforme literaturas consultadas sobre uma visão geral, a dispensação farmacêutica revelou que mais de 90% da literatura consultada, entendem que o processo de dispensação é o ato farmacêutico de distribuir um ou mais medicamentos a um paciente em resposta a uma prescrição elaborada por um profissional autorizado. Trata-se de uma oportunidade para o farmacêutico contribuir para o uso racional de medicamentos (MARIAN et al. 2003), pois na interação com o paciente é possível identificar a necessidade do mesmo e orientar tanto sobre o medicamento quanto sobre educação em saúde, atuando desta forma como um agente de saúde.

Acredita-se, conforme alguns autores, ao longo dos anos, que a dispensação farmacêutica vem sendo

praticado numa mesma filosofia, com a necessidade que haja o discernimento de que a compra de um medicamento, e de outro produto qualquer não sejam iguais, em função das regulamentações que estão sujeitos o estabelecimento farmacêutico e, em especial, o responsável técnico e, do novo contexto de prática profissional, que segundo Hepler e Strand (p. 533-543, 1990) destacaram a necessidade de mudança de paradigma profissional, ou seja, um novo jeito de entender a profissão. Da mesma forma, no nosso entendimento, o sucesso da dispensação depende dessa mesma mudança. O farmacêutico deve assumir nas farmácias uma atitude de cuidador e não de vendedor.

Corroborando ainda com Palhano et al. (2010), que citam que a atenção farmacêutica é a provisão responsável da farmacoterapia com o objetivo de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida dos pacientes, reduzindo os problemas relacionados com o uso de medicamentos à medida que desenvolve um acompanhamento sistemático da terapia medicamentosa utilizada pelo indivíduo, buscando avaliar e garantir a necessidade, a segurança e a efetividade no processo de utilização de medicamentos.

Considerando o ponto de vista da prática farmacêutica pela Organização Mundial de Saúde, as atividades de educação em saúde, especialmente relacionadas ao uso correto de medicamentos, a dispensação e a indicação farmacêutica podem interferir de maneira significativa no uso adequado de medicamentos pelas pessoas e pela sociedade.

Outro ponto observado, é que o foco do trabalho do farmacêutico, principalmente daqueles que trabalham em farmácias comunitárias, passa a ser o paciente, ou seja, todas as suas ações e responsabilidades quando centradas no paciente usuário do medicamento trazem benefícios diretos para ele e para o sistema de saúde. Para Angonesi (2011), de acordo com a informação acima, cita que no Brasil, essa transformação paradigmática tem contribuído de forma significativa para a evolução da profissão e criado expectativas nos profissionais em relação à dignificação dessa atividade, oferecendo uma oportunidade de resgate da relação farmacêutico-paciente há muito tempo perdida nas farmácias comunitárias. Outro fato observado ainda, é que todas as atividades farmacêuticas relacionadas ao paciente, como a indicação de medicamentos que não necessitam de prescrição médica, a dispensação e a orientação farmacêutica, são consideradas atividades componentes da prática da atenção farmacêutica juntamente com o acompanhamento farmacoterapêutico.

Angonesi (2011), expressa que baseado no proposto para a atenção farmacêutica e considerando as peculiaridades da dispensação, a filosofia dessa prática deve ser sustentada pelos seguintes pilares: atender à necessidade social de reduzir a morbimortalidade de medicamentos; estabelecer uma relação de confiança entre o farmacêutico e o paciente; atender o paciente de maneira individualizada e com foco nas suas necessidades relacionadas ao uso adequado do medicamento; responsabilizar-se por educar o paciente para o uso adequado do medicamento e identificar as situações que necessitem de outros cuidados.

Segundo o estudo baseado nas definições de dispensação farmacêutica, ainda existem muitas contradições na legislação e diferentes propostas de conceitos, mesmo existindo tentativas de consenso de termos e definições relacionadas à prática farmacêutica, incluindo a dispensação. Pois na prática, continua sendo tratada como um ato de entrega de um produto desprovido de sua função técnica e profissional. Para Alencar et al. (2011) embora todas essas ações sejam importantes por garantirem o abastecimento e o acesso dos medicamentos aos usuários, não podem ser desconsideradas as ações que promovam seu uso correto, uma vez que irão consolidar o conjunto de atividades que compõem a Assistência Farmacêutica. Nesse sentido, constata-se a relevância do processo de dispensação, uma vez que cria oportunidade de proporcionar aos usuários condições favoráveis para que sejam informados e orientados sobre os medicamentos.

Numa visão geral da literatura, a definição clara sobre a dispensação farmacêutica, apresenta maior destaque no profissional Farmacêutico, onde o mesmo deve apresentar atitude ativa ao entregar, seja o medicamento e/ou outro produto em condições ótimas e de acordo com as normas legais vigentes, desde, que o paciente seja protegido da possível aparição de problemas relacionados com os medicamentos, passando a ser parte dos cuidados apresentados na prática. Angonesi (2011) também frisa neste ponto sobre os cuidados, que neste momento o farmacêutico obtém informações, analisa e toma decisões em relação à orientação sobre o uso adequado do medicamento e à identificação de possíveis problemas que necessitem de encaminhamento para outros serviços.

Os autores ainda focam que o farmacêutico deve estar atento ao uso da prescrição. Pois, é de grande importância esse documento para o desenvolvimento do seu trabalho, e é através da mesma, que se pode certificar que o paciente passou por avaliação médica, justificando assim o uso do medicamento após o diagnóstico, principalmente para medicamentos de doenças crônicas de uso contínuo; e que também está fazendo parte a avaliação do cumprimento das exigências legais.

Conforme a Lei n. 5.991/73 que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos estabelece que somente deve ser aviada a receita que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais; que contiver o nome e o endereço residencial do paciente e, expressamente, o modo de usar o medicamento; e ainda que contiver a data e a assinatura do profissional, endereço do consultório ou da residência e o número de inscrição no respectivo Conselho profissional. Já o aviamento de receitas contendo medicamentos sob controle especial deve obedecer às disposições da Portaria n. 344/98.

Focando-se a gestão aplicada à dispensação, a literatura nos faz refletir e acreditar, que é necessária que essa prática seja procedida por profissionais capacitados, em locais com infraestrutura adequada, com procedimentos inerentes à profissão. Por que muitas vezes, o que ocorre é que o farmacêutico, faz papel em outros cargos e não apenas está disponível para o atendimento aos

pacientes, acumulando funções e obrigações, impedindo o mesmo de exercer sua responsabilidade de dispensação.

CONCLUSÃO

A prática da Dispensação Farmacêutica é muito discutida, mas pouco evoluída, mas, há esperança por parte dos profissionais de que haja mudança que melhore essa prática para a sociedade. A sociedade tem que participar com o reconhecimento do profissional farmacêutico, para possibilitar um trabalho de qualidade para ambos. Deve-se ter mais conhecimento sobre a prática de Dispensação Farmacêutica por parte das academias e órgãos inerentes ao assunto, para poder se propor mudanças no setor. Que as leis existem, devido principalmente ser um assunto da área de saúde, e devem ser seguidas para validar o resultado final. É preciso redefinir a prática de dispensação farmacêutica com o uso de processos envolvidos nos seus objetivos, considerando a realidade dos estabelecimentos existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, T. O. S.; BASTOS, V. P.; ALENCAR, B. R., FREITAS, I. V. **Dispensação farmacêutica: uma análise dos conceitos legais em relação à prática profissional.** Revista Ciência Farmácia Básica Aplicada. 32(1):89-94, 2011.
- BRASIL. Agência de Vigilância Sanitária. **Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.** Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 fev. 1999 a. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 25 de março 2012.
- BRASIL. Agência de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 328, de 22 de julho de 1999.** Dispõe sobre requisitos exigidos para a dispensação de produtos de interesse à saúde em farmácias e drogarias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 1999 b. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 20 de março 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 3.916 de 30 de outubro de 1998.** Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília (DF); 1998. [citado 2010 Mar 30]. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/portarias/3916_gm.pdf. Acesso em 25 de março 2012.
- ELY, L. S.; RIGO, M. P. I. **Mostra de trabalhos do curso de farmácia** (1.: 2015 : Lajeado, RS). Anais... da I Mostra de trabalhos do curso de Farmácia, 2015, Lajeado, RS: Ed. da Univates, 89 p. 2016.
- FAUS, M. J. **Atención Farmacéutica como Respuesta a una Necesidad Social.** Ars Pharmaceutica. v. 41, n. 1, p. 137-143, 2000.
- GALATO, D. et al. **A dispensação de medicamentos: uma reflexão sobre o processo para prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados à farmacoterapia.** Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 44, n. 3, jul./set., p. 465-475, 2008.
- LUCHETTA, R. C.; MASTROIANNI, P. C. **Avaliação dos conhecimentos e condutas dos farmacêuticos, responsáveis técnicos por drogarias.** Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v. 31, n. 3, p.183-191, 2010.
- OMS-OPAS. **El papel del farmacéutico en el sistema de atención de salud.** (OPS/HSS/ HSE/95.01). p.13, 1995.
- PALHANO, A. T.; DIEFENTHAELER, H. **Avaliação da atenção farmacêutica em farmácias e drogarias da cidade de Erechim/RS.** Perspectiva, Erechim. v.34, n.125, p. 159-164, 2010.
- PERINI, E.; MODENA, C. M.; RODRIGUES, R. N.; MORRIS, C. J. **Consumo de Medicamentos e adesão às Prescrições: Objeto e Problema de Epidemiologia.** Revista de Ciências Farmacêuticas. v. 20, p. 471- 488, 1999.
- PERINI, E. **Assistência Farmacêutica: fundamentos teóricos e conceituais.** In: Acúrcio F de A. Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED; 2003. p.10-31.
- SABINO, J. A.; CARDOSO. R. A. **Perfil e atitudes de balconistas de drogarias ao dispensar medicamentos sem prescrição médica.** Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva, v.4, n. 31, p. 53-63, 2010.
- SILVA, T. O. **Acesso do usuário à assistência farmacêutica no município de Santo Antônio de Jesus-Ba.** 2007. [Dissertação] Feira de Santana: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, UEFS, 2007.
- SILVA, T. O.; NASCIMENTO, M. A. A. **Assistência Farmacêutica no Programa Saúde da Família: encontros e desencontros do processo de organização.** Ciência Saúde Coletiva [Internet] 2008. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3138. Acesso em 25 de março 2012.
- SILVA, B. K. DA; SILVA, J. S. DA; GOBBO, A. F. F.; MIASSO, A. I. **Erros de medicação: condutas e propostas de prevenção na perspectiva da equipe de enfermagem.** Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 712-723, 2007. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v9/n3/pdf/v9n3a11.pdf. Acesso em 20 de março 2012.
- VALLADÃO, M. DE L. F.; LISBOA, S. M.; FERNANDES, C. **Receitas médicas e dispensação farmacêutica: Uma questão de saúde.** Ver. Med. Minas Gerais 2004;14(1):17-21.

Ana Karla Martins Dantas et al.

VIEIRA, F. S. **Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde.** Ciênc Saúde Coletiva [Internet]. 2007; 12(1):213-20. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141381232007000100024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20 de março 2012.